

A EaD deixou de ser o patinho feio da educação superior

Em 2015 (dados do INEP/MEC mais recentes disponíveis), houve 6,6 milhões de matrículas na Educação Superior na modalidade presencial (pública e privada), um crescimento de 46% sobre 2005. Nesses mesmos dez anos, o crescimento do número de alunos na EaD (Educação a Distância) foi de 1.120%, atingindo a antes inimaginável cifra de 1,4 milhão de alunos - ou seja, o equivalente a 21% da presencial. Há ainda cerca de outros 5 milhões de adultos ou jovens estudando uma especialização, ou disciplinas específicas, ou cursos in company em plataformas estritamente digitais. Um em cada três alunos de licenciatura faz o curso on-line; em Pedagogia, metade.

Em seu início - em torno de 2003 -, a EaD enfrentava elevados preconceitos por precarizar a qualidade do

ensino, e merecidamente. Depreciavam-na como o suplemento da Educação Superior. Hoje, no entanto, com os avanços das novas tecnologias, com a profusão de ambientes virtuais aliados a novos modelos pedagógicos (metodologias ativas), propicia-se a oferta de uma educação de qualidade equiparável à presencial.

Soma-se, ainda, a incorporação pelas IES (Instituições de Ensino Superior) de profissionais (professores, tutores, mentores, técnicos, etc.) com expertise na modalidade, laboratórios, videoaulas e momentos para a troca de ideias no ambiente virtual (fóruns). Ademais, mesmo sendo de 1996, a LDB faz referência a EaD em nove artigos ou incisos, e o MEC tem amparo ferramental para avaliar os cursos remotos com os mesmos critérios dos presenciais, sendo

elevadas as exigências para a implantação de polos.

E três sempre foram as principais características da EaD: horários flexíveis, preços acessíveis e não necessidade de deslocamentos para as aulas. Com o ganho de escala, a mensalidade, na média, fica em torno de 40% da similar na modalidade presencial. É um instrumento democrático, pois permite ao aluno estudar onde e quando puder. Enfatize-se: é uma modalidade que exigirá tanto ou mais horas de estudos que a presencial. Requer disciplina pessoal, foco, autonomia e maturidade para não embicar para o sedutor mundo das mídias sociais e outras distrações virtuais. E, após formado, o diploma não faz qualquer inferência de que a graduação foi concluída na modalidade on-line.

Todavia, apesar do cres-

cimento expressivo de matrículas nas graduações, a taxa de escolarização de Educação Superior no Brasil ainda é muito baixa: apenas 13% dos trabalhadores têm faculdade (no Japão é 45%) e somente 18% dos nossos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados numa IES (Chile tem 45% e Argentina, 34%). Em meio a esse deserto, viceja o oásis do ensino em plataformas digitais com seu gigantesco potencial num país de dimensões continentais. Pesquisa encomendada pela CNI ao Ibope, em 2014, apontou que 79% dos brasileiros com mais de 16 anos acreditam que a EaD é uma solução para levar educação a mais pessoas. Outra pesquisa realizada com matriculados na EaD aponta que 41% dos alunos têm entre 31 e 40 anos e 87% trabalham fora.

A bem da verdade, se

hoje ainda há alguma dicotomia entre educação presencial e on-line, em poucos anos serão modalidades tão simbióticas que diremos "é ensino e ponto". Em nossas IES, cada vez maior é o avanço célere da oferta de ensino híbrido, blended ou semipresencial - nos quais se amalgamam o presencial e o virtual sob os ditames do que melhor convém para o aprendizado. Em recente palestra na Universidade Positivo, o Prof. Armando Valente, da **Unicamp**, afirma apropriadamente que o "nosso diploma, até pouco tempo atrás, era medido por horas de bunda do aluno em sala de aula". Educação digital não é modismo na graduação: ela veio para ficar.

Jacir Venturi, Coordenador da Universidade Positivo, foi professor da UFPR, PUCPR e diretor de escolas